



Sessões do Legislativo campineiro são retomadas nesta segunda (3)

Câmara volta abordando TEA, glúten e condenados por maus-tratos

A Câmara Municipal retoma as reuniões ordinárias nesta segunda-feira (3), às 18h, depois do recesso de julho, com a realização da 40ª Sessão Ordinária de 2026. Entre os principais itens da pauta estão dois projetos voltados à inclusão: um que cria a Política Municipal de Proteção Integral à Pessoa com Doença Celíaca, proposto por Nick Schneider (PL-SP), e outro que inclui pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre os grupos prioritários nos programas habitacionais de interesse social, de autoria de Hebert Ganem e Luiz Cirilo (ambos do Podemos-SP). As propostas serão apreciadas em segunda discussão e votação. Os vereadores também analisarão, em primeira discussão, um projeto de Ganem que impede a nomeação para cargos públicos de pessoas condenadas por maus-tratos a animais.

Sem glúten

Um projeto de lei de autoria do vereador Nick Schneider (PL-SP) estabelece diretrizes para o atendimento de pessoas com doença celíaca em hospitais, escolas, supermercados, hotéis, bares e restaurantes. Prevê refeições sem glúten na rede municipal de ensino e em hospitais, protocolos para evitar contaminação cruzada, identificação de produtos com glúten nos cardápios, espaços exclusivos para alimentos sem glúten em supermercados e a criação do Selo Empresa sem Glúten.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Proposta de Ganem veta a contratação de condenados por maus-tratos

Prioridade na habitação

Já o projeto de lei complementar, de Hebert Ganem e Luiz Cirilo (ambos do Podemos-SP), garante prioridade às pessoas com TEA nos programas habitacionais de interesse social do município. A proposta prevê que as moradias possam receber adaptações voltadas à acessibilidade, conforto sensorial e segurança, incluindo isolamento acústico e ambientes com menor estímulo sensorial. Também recomenda que as unidades sejam, sempre que possível, próximas a serviços de saúde, educação e assistência social.

Pena por maus-tratos

A sessão também terá a primeira discussão do substitutivo ao projeto de lei, de autoria de Hebert Ganem (Podemos-SP), que proíbe a investidura em cargo, emprego ou função pública de pessoas condenadas pelo crime de maus-tratos a animais. A reunião será realizada no Plenário José Maria Matosinho, com transmissão ao vivo pela TV Câmara Campinas e pelo canal da emissora no YouTube.

PINGA-FOGO

Provas necessárias

Mariana Conti (PSOL-SP) criticou a decisão da Comissão Processante da Câmara de desistir de obter os vídeos relacionados à investigação envolvendo Vini Oliveira (Cidadania-SP). Autora da denúncia (que deu origem à CP), sustenta que a medida compromete a instrução do procedimento e reduz a capacidade de esclarecimento dos fatos.

Apuração completa

“Uma série de pedidos fundamentais para a investigação, ligados ao compartilhamento de provas, foram negados. Mas, continuo defendendo que é responsabilidade da CP solicitar os vídeos na íntegra, por todos os meios possíveis, para que possamos compreender os fatos em sua totalidade”, pontua a parlamentar.

Pizza de novo?

“O bom andamento das investigações depende disso, e a população de Campinas está cansada de CPs arquivadas”, completa Conti. Inicialmente, a CP havia deliberado pelo envio de ofícios à imprensa para solicitar as gravações completas utilizadas em reportagens sobre o caso. Mas, em nova deliberação, o colegiado aprovou a revogação.

Parecer jurídico

O despacho informa que a mudança de entendimento teve como fundamento um parecer da Procuradoria da Câmara Municipal. O documento divulgado pelo Legislativo, entretanto, não expõe os argumentos jurídicos que embasaram a orientação nem detalha os motivos que levaram a comissão a abandonar a produção dessa prova.

Fatos investigados

A CP foi instaurada após a divulgação de imagens que mostram Vini em uma reunião na sede da empresa de ônibus Smile, em Paulínia. A empresa integra o consórcio vencedor do Lote Norte da concessão do transporte público campineiro, e o encontro ocorreu entre a etapa competitiva da licitação e a formalização do contrato.

Versões divergentes

As imagens mostram o vereador deixando a viação com um malote preto suspeito. Mas, Vini nega ter recebido propina e sustenta que a caixa continha documentos e mídias com informações sobre o transporte público, que foram posteriormente usados em uma denúncia ao Ministério Público.



Irmandade de Misericórdia abrange Irmãos Penteado e Santa Casa

10ª Vara Cível determina nova eleição na Santa Casa

Reportagem entrou em contato com a Irmandade, que não respondeu

Por **Raquel Valli**

A Justiça julgou procedente a ação movida por integrantes de uma das chapas que disputaram a eleição da Irmandade de Misericórdia de Campinas, mantenedora da Santa Casa e do Hospital Irmãos Penteado, e determinou uma nova eleição. A sentença confirma a suspensão da eleição de 30 de abril e estabelece regras para garantir igualdade de condições entre os concorrentes.

Pela decisão, a Irmandade deverá fornecer a relação completa e atualizada dos associados aptos a votar, com nome completo, telefone, e-mail e data de admissão de cada irmão, sendo disponibilizado em ambiente de acesso restrito e exclusivamente para uso no processo eleitoral. A entidade terá 10 dias para apresentar a lista consolidada de eleitores.

Na sequência, deverá publicar o edital de convocação do novo pleito, que deverá ocorrer entre 30 e 60 dias após a publicação.

Enquanto a nova eleição não é realizada, a atual administração permanecerá em caráter provisório, limitada à prática de atos ordinários, urgentes e inadiáveis, até a posse dos eleitos.

“A Justiça confirmou o que vínhamos alertando: a eleição de abril estava viciada. Ao confirmar a suspensão e obrigar a entrega imediata da lista de eleitores, o juiz impõe a transparência que a atual Provedoria tentou evitar a todo custo. Eles queriam uma eleição às cegas para se perpetuar no poder enquanto o hospital afunda em dívidas, interdições e escândalos. Agora, a caixa-preta foi aberta”, afirmou Paulo Aquino, candidato a provedor da Chapa Santa Causa, oposição à atual gestão.

A administração é investigada pelo Ministério Público por suspeitas de ‘rachadinhas’ no recebimento de emendas parlamentares. Este mês, o centro cirúrgico do Irmãos Penteado foi interditado pela Vigilância Sanitária, e funcionários registraram boletins de ocorrência alegando que valores descontados de empréstimos consignados, em folha, não foram repassados aos bancos, negativando os nomes dos trabalhadores.

O OUTRO LADO

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a Irmandade para obter o posicionamento da instituição, mas, até o fechamento desta reportagem, não recebeu resposta.